



**Plano de Estudos para
PGM Teresina**
Iniciante

Prof. Igor Maciel
Prof. Ricardo Torques

APRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES E DO MATERIAL

Olá pessoal, tudo bem?



Sou graduado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-graduado em Direito Processual. Estou envolvido com concurso público há 10 anos aproximadamente, quando ainda estava na faculdade. Trabalhei no Ministério da Fazenda, no cargo de ATA. Fui aprovado para o cargo Fiscal de Tributos na Prefeitura de São José dos Pinhais/PR e para os cargos de Técnico Administrativo e Analista Judiciário nos TRT 4ª, 1ª e 9ª Regiões. Hoje, sou professor em dedicação exclusiva, por paixão!

Quanto à atividade de professor, leciono exclusivamente para concursos, com foco na elaboração de materiais em pdf. Temos, atualmente, cursos em Direitos Humanos, Direito Eleitoral e Direito Processual Civil.

Coordeno, no Estratégia Concursos, cursos para a área jurídica (a exemplo da magistratura, MP, procurador, promotor e defensor) e para o Exame de Ordem.

Deixarei abaixo meus contatos para quaisquer dúvidas ou sugestões. Terei o prazer em orientá-los da melhor forma possível nesta caminhada que estamos iniciando.

E-mail: rst.estrategia@gmail.com Instagram: <https://www.instagram.com/proftorques>



Me chamo **Igor Maciel** e sou professor do Estratégia Carreira Jurídica de Fazenda Pública em Juízo e Direitos Difusos e Coletivos.

Sou Mestre e Doutorando em Direito e desde o ano de 2016 leciono com o foco exclusivamente para concursos.

Sou um entusiasta dos concursos de advocacia pública e aqui no Estratégia estou à frente dos cursos de Discursivas (peças, pareceres e questões) focados em Procuradorias Estaduais, Municipais, Legislativas e na própria AGU.

No Estratégia, leciono as disciplinas de Aspectos de Direito Processual Civil aplicados à Fazenda Pública, Direito Administrativo e Direitos Difusos e Coletivos.

Deixo abaixo minhas redes sociais para qualquer dúvida, crítica ou sugestão sobre o material. Espero que vocês gostem!



@Prof Igor Maciel

Hoje queremos apresentar para vocês um **plano de estudos** completo para quem está se preparando para o Concurso da **PGM Teresina**. Esperamos que vocês aproveitem nosso material que ficou bem legal! Grande abraço,

Prof. Ricardo Torques e Prof. Igor Maciel

1 – A PGM TERESINA

A Procuradoria Geral do Município de Teresina é um concurso bem interessante, com remuneração inicial de R\$. 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) e a final chegando a cerca de R\$. 27.000,00 (vinte e sete mil reais), além dos honorários advocatícios e a possibilidade de advocacia privada.

Lei Complementar aprovada em 2018 criou 5 novas vagas para a PGM Teresina, aumentando o quadro de 30 para 35 procuradores. Assim espera-se que o concurso conte com pelo menos 6 vagas (5 vagas criadas pela Lei Complementar e 1 cargo que já estava vago).

No último concurso, realizado pela banca FCC (2010), foram ofertadas 5 vagas imediatas e 50 para cadastro de reserva, sendo nomeados 16 candidatos.

Para candidatar-se ao cargo, foi exigida a formação em nível superior em Direito e a inscrição nos quadros da OAB, sem necessidade de comprovação de prática jurídica.

Recentemente, as notícias sobre a iminência deste concurso se espalharam e a comissão organizadora já foi constituída. E, apesar de a banca organizadora ainda não ter sido definida, temos grande expectativa de que a Fundação Carlos Chagas será novamente a escolhida, por ter feito o último certame da PGM Teresina e por sua tradição em concursos neste município.

2- O QUE ESPERAR DE UM CONCURSO PARA PROCURADORIA MUNICIPAL?

As bancas de concurso em geral, sejam elas tradicionais (CESPE, FCC, VUNESP ou FGV, por exemplo) ou locais (bancas próprias, por exemplo), costumam cobrar em concursos públicos aspectos relacionados à atuação prática do cargo para o qual se está avaliando.

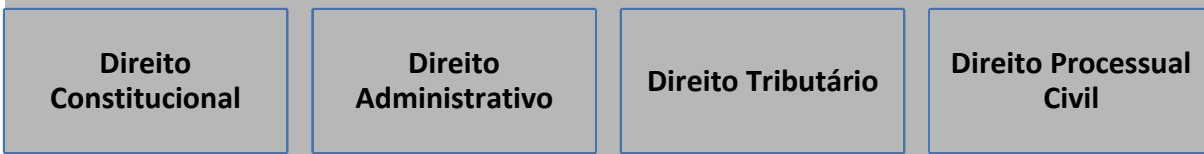
Assim, em uma prova de Defensoria Pública Estadual temas como Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor e Direito de Família possuem uma relevância muito maior na prova do que um concurso para Delegado da Polícia Federal, por exemplo.

Nesta linha de raciocínio, os advogados públicos, como o próprio termo sugere, são os causídicos que atuam em favor do ente público em juízo e fora dele. Logo, no seu âmbito de

atuação, será constante o aparecimento de temas de Direito Administrativo, de Direito Tributário e de Direito Constitucional.

E isto se reflete na prática dos concursos.

Existe um **quarteto fantástico** em concursos de advocacia pública que sempre correspondem a pelo menos 50% (cinquenta por cento) da cobrança em provas objetivas:

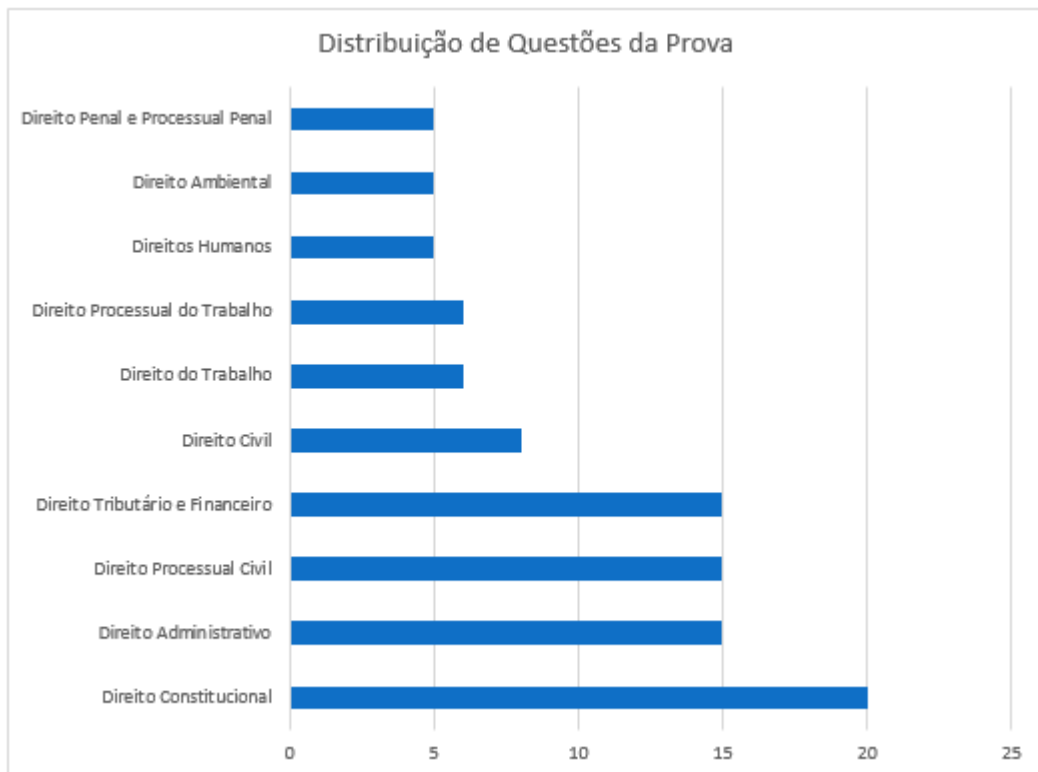


Acrescente-se, ainda, uma disciplina aprimorada pelo grande mestre Leonardo Carneiro da Cunha chamada de **Fazenda Pública em Juízo**. Trata-se do direito processual visto à luz da Fazenda Pública.

Temas como Mandado de Segurança, Execução Fiscal, Improbidade Administrativa (aspectos processuais) e Recursos utilizados pela Fazenda Pública são de extrema importância para concursos de Procuradoria.

Eu diria até que dominando profundamente estas cinco matérias: Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo, você será capaz de realizar mais de 60% (sessenta por cento) de qualquer prova objetiva de procuradoria.

Apenas para se ter uma ideia, no concurso realizado pela Procuradoria do Estado do Maranhão (FCC/2016), estas matérias corresponderam a cerca de 70% (setenta por cento) da prova objetiva:



Além disso, estas matérias serão certamente (e aqui podemos fincar 100% de certeza) cobradas nas fases discursivas destes concursos. Afinal, o que será cobrado em uma peça prática de procuradoria que não a atuação da fazenda pública em juízo?

Faz-se necessário também que o aluno obtenha bons resultados nas demais matérias cobradas nas provas. Podemos destacar que em provas de Procuradorias Municipais encontramos com bastante frequência (quase sempre) as seguintes disciplinas



Naturalmente, estas matérias também devem ser dominadas pelo candidato, especialmente os temas que mais envolvem a atuação prática do advogado público. A título de exemplo, em **Direito Civil** há uma cobrança bem mais acentuada da parte de obrigações, contratos e direitos reais do que da parte de direito de família.

Por outro lado, existem matérias que possuem uma **cobrança eventual** nos concursos de advocacia pública em geral e que a cobrança apenas poderá ser assegurada após a publicação do respectivo edital:



3- O QUE ESPERAR DO PRÓXIMO CONCURSO PARA PGM TERESINA?

A comissão do concurso da PGM Teresina já está formada.

Os membros são:

- Dois representantes da Procuradoria Geral do Município (Dr. Marcelo dos Anjos Mascarenhas, especialista em Gestão e Políticas Públicas e Dra. Claudia Roberta da S. Clerton, procuradora na área tributária);
- Dois representantes do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Teresina- IPMT (Álvaro Inácio Silva Neto e Gil Nogueira Santos);
- Dois representantes da Fundação Wall Ferraz (Djalma Tavares da Silva Filho e Maria do Amparo Ribeiro Vasconcelos);

Acreditamos que a banca organizadora do certame será a Fundação Carlos Chagas (FCC) e que a prova contará com **100 questões** objetivas.

Entendemos necessário analisar as últimas provas elaboradas pela banca FCC para termos uma noção do volume de questões cobrado em cada disciplina, além da forma de cobrança.

Para termos uma ideia da cobrança, fizemos neste material uma análise especificamente da última prova objetiva da PMG Teresina com as respectivas estatísticas.

Vejamos.

4 – A ÚLTIMA PROVA OBJETIVA DA PGM TERESINA

O último concurso da PGM Teresina contou com **100 questões objetivas** divididas nas seguintes matérias:

Disciplina	Nº de questões
Direito Constitucional	14
Direito Administrativo	17
Direito Tributário	12
Direito do Municipal	9
Direito Civil	11
Direito Processual Civil	12
Direito Ambiental	7
Direito Urbanístico	6
Direito do Trabalho	6
Direito Processual do Trabalho	6

Aqui destacamos o seguinte: **o nosso quarteto fantástico** (Constitucional, Administrativo, Tributário e Processo Civil) representaram um total de **55 questões**.



55% (cinquenta e cinco por cento) da prova objetiva da última PGM Teresina estava nas disciplinas de Direito Constitucional, Administrativo, Tributário e Processo Civil.

Este ponto é bastante significativo, pois segue a tendência natural de procuradorias.

Acreditando que banca manterá o mesmo padrão na prova, passemos à análise qualitativa das disciplinas cobradas, para tentarmos esboçar o perfil da prova.

Vamos lá!

4.1 – DIREITO CONSTITUCIONAL – 14 QUESTÕES

Em Direito Constitucional, a cobrança da banca foi basicamente “letra fria da lei”. **A prova contou com 14 questões sobre temas diversos:**

- 2 questões sobre Direito Financeiro e Orçamentário (processo de aprovação da LDO e Princípios da Ordem Econômica);
- 1 de controle de constitucionalidade (ADPF);
- 1 sobre Súmula Vinculante (admissão de *amicus curiae* no procedimento de edição, revisão e cancelamento);
- 2 sobre Poder Judiciário (Juizados Especiais e Precatórios);
- 1 sobre Princípios (Força normativa da CF);
- 1 sobre Intervenção Federal e Estadual;
- 1 sobre Direitos Políticos;
- 1 sobre Direitos Individuais (Liberdade de Expressão);
- 1 sobre Direitos de Nacionalidade;
- 1 sobre Organização Político-Administrativo (competência concorrente para legislar sobre educação);
- 1 sobre Defesa do Estado e dos Institutos Democráticos;

- 1 sobre Direitos Fundamentais;

Embora as questões tenham cobrado temas diversos, as alternativas não demandavam um raciocínio dentre vários temas, sendo a resposta correta a mera transcrição do texto constitucional, enquanto as demais tinham alguma palavra modificada, o que as tornavam erradas.

É salutar ressaltar, novamente, que todas essas questões encontravam sua resposta no texto literal da Constituição, por isso, foco na leitura da lei seca (Constituição)!

Amigos, essa foi a análise da matéria de Direito Constitucional, e como vocês puderam observar, é imprescindível o estudo da “letra fria” da Constituição, onde de 14 questões, na última prova, 13 eram respondidas com a simples leitura do texto constitucional.

Quanto aos temas abordados, o examinador passou por toda a Carta Magna e cobrou vários temas, sem concentrar muitas questões acerca de um tema específico, entretanto, é possível ver uma cobrança mais acentuada nos temas que envolvem o Município, sobretudo por se tratar de um concurso municipal.

4.2 – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL – 9 QUESTÕES

Todas as questões foram cobradas com a letra fria da lei, sendo 7 questões sobre Lei Orgânica do Município de Teresina, 1 questão sobre o Estatuto dos Servidores Públicos, e 1 questão sobre o CTB- Código de Trânsito Brasileiro, competência do Município, questão que inclusive está desatualizada.

4.3 – DIREITO TRIBUTÁRIO – 12 QUESTÕES

A prova de direito tributário contou com 12 questões diversas, cada questão referindo-se a um assunto específico.

Vale destacar a importância do estudo voltado aos tributos municipais, pois foram cobradas duas questões sobre o tema. Apesar da diversidade de questões, os temas cobrados, em sua maioria, envolviam a literalidade da lei. Das 12 questões, 4 estavam com respostas na Constituição Federal, 7 no CTN e 1 na Lei de Responsabilidade Fiscal.

4.4 – DIREITO CIVIL – 11 QUESTÕES

A prova de direito civil estava bem tranquila, com enunciados simples e objetivos, e respostas “copiadas” do Código Civil.

Os temas cobrados envolveram LINDB com 1 questão, a parte geral do Código contou com 6 questões (sendo 2 delas sobre negócios jurídicos, 1 sobre prescrição e decadência, 1 sobre atos ilícitos e 1 sobre domicílio e bens). Além disso, houve a cobrança de questões sobre direito da família, responsabilidade civil e direitos reais.

O desafio do Direito Civil, como de hábito, foi em saber como estudar, pela extensão da matéria. Há conteúdos, evidentemente, que têm mais conexão com as procuradorias e que necessitam de maior cuidado.

4.5 – PROCESSO CIVIL – 12 QUESTÕES

Das 12 (doze) questões de processo civil exigidas no último concurso – ainda sob a égide do CPC/73 – todas versaram sobre a letra fria do Código. As cobranças envolveram os mais variados temas, com enunciados objetivos e simples.

4.6 – DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO – 13 QUESTÕES

A prova de direito ambiental e urbanístico teve 13 questões que eram respondidas, em sua grande maioria, com a letra fria da lei. Contudo, esta não foi uma prova fácil pois o edital cobrou muitos assuntos e leis diversas.

Destaque-se que 4 questões resolver-se-iam com o Estatuto das Cidades e as demais com a Constituição Federal, Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6766/1979) e PDMA (Lei 6938/1981). A única questão doutrinária perguntava o conceito de Direito Ambiental.

4.7 – DIREITO ADMINISTRATIVO – 17 QUESTÕES

A prova de direito administrativo foi a mais longa do último concurso, contando com 17 questões.

A cobrança foi voltada para os grandes temas do direito administrativo, constando basicamente 2 questões sobre organização administrativa e 1 de Improbidade administrativa (Lei 8.429/92), temas clássicos em provas de procuradorias, com uma cobrança baseada na letra da lei. A prova cobrou ainda:

3 questões sobre responsabilidade civil do Estado;

2 sobre atos administrativos;

2 de poderes da administração;

1 de parceria público privada;

1 sobre controle da administração;

1 sobre licitação;

1 sobre intervenção do Estado na propriedade;

1 sobre processo administrativo;

1 sobre princípios.

4.8 – DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO – 12 QUESTÕES

A prova de direito do trabalho contou com 7 questões de direito material e 5 questões de direito processual.

As questões de trabalho e processo do trabalho gostam de colocar casos para que você encontre a resposta.

Na prova de direito material foram cobrados 2 casos: 1 com relação a férias e outro uma demissão por justa causa, ambos respondidos com a letra da lei.

Já em direito processual o caso foi sobre o possível manejo de um recurso, respondida com uma Súmula do TST. Fique atento às Súmulas do TST, cobradas como o gabarito de 6 questões da prova de Direito Processual do Trabalho e Direito do Trabalho (Súmulas 18, 48, 514, 402, 410).

A única questão doutrinária da prova exigia um questionamento sobre as fontes heterônomas do Direito do Trabalho.

Apostamos em uma forte tendência de a banca cobrar as mudanças da nova CLT (letra fria da lei) e julgados consolidados que ainda permanecem vigentes (súmulas e OJs).

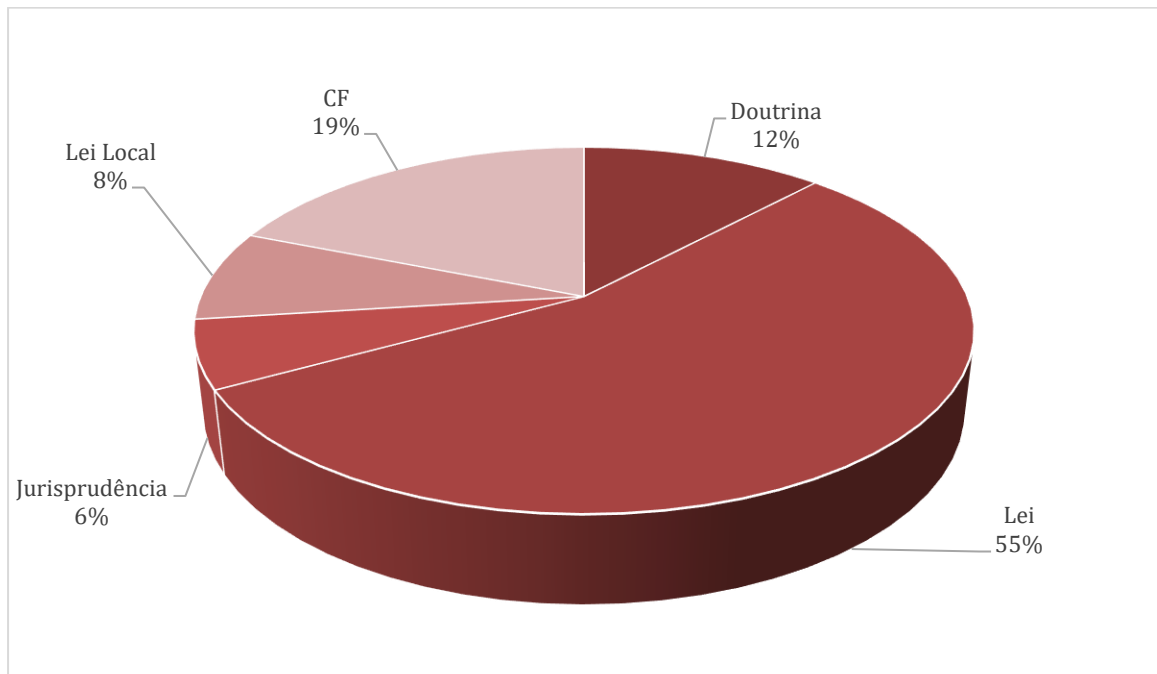
4.9 – RAIOS DA PROVA

Em resumo, podemos fazer um rápido Raio X da PGM Teresina para orientar os seus estudos. A prova de 2010 pode ser resumida assim:

CONTEÚDO	DOCTRINA	LEI	JURISPRUDÊNCIA	LEGISLAÇÃO LOCAL	CF	Nº QUESTÕES
DIREITO CONSTITUCIONAL	1	2	0	0	11	14
DIREITO ADMINISTRATIVO	9	5	0	0	3	17
DIREITO TRIBUTÁRIO	0	8	0	0	4	12
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	0	12	0	0	0	12
DIREITO CIVIL	0	11	0	0	0	11

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	0	1	0	8	0	9
DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO	1	5	6	0	0	12
DIREITO AMBIENTAL E URBANÍSTICO	1	11	0	0	1	13
TOTAL	12	55	6	8	19	100

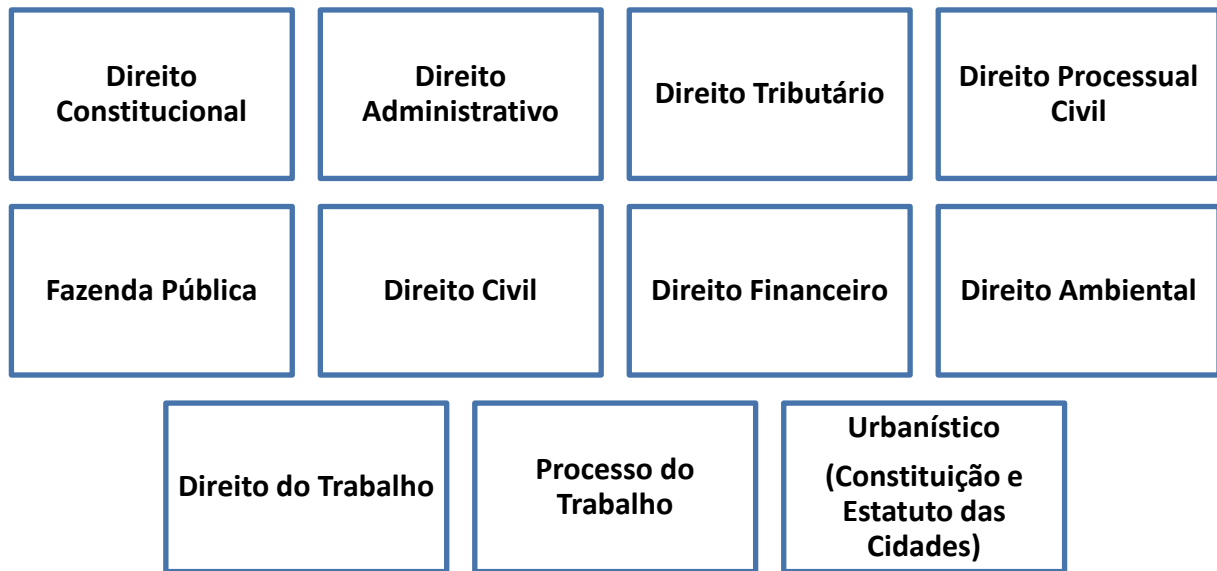
Eis o esquema gráfico da prova de 2015 onde visualizamos uma grande cobrança da “letra fria das normas”, cerca de 77% (setenta e sete por cento), sejam leis locais, leis ferais ou da própria Constituição Federal:



5 – PREPARAÇÃO PARA O CONCURSO

Meus amigos, acredito que a prova objetiva do concurso deve ser realizada ainda este ano, razão pela qual devemos nos preparar para no máximo 5 (cinco) meses de estudo.

Com estas perspectivas, o foco precisa ser total nas seguintes disciplinas:



6 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS

A **chave do sucesso** para aprovação em qualquer concurso envolve um quarteto: **planejamento, estratégia, um bom material de estudos e dedicação**. Não adianta o aluno ter o melhor material, o melhor planejamento, a melhor estratégia e não se dedicar ou manter o foco.

Neste momento, quero conversar com você sobre o planejamento e a estratégia. Com o material de estudos, o Estratégia também pode te ajudar. Contudo, a **dedicação** precisa ser com você. Afinal, aqui vale a máxima **“no pain no gain”**.

Se você estiver disposto a pagar o preço do sucesso, este material pode te ajudar.

6.1 CICLOS DE ESTUDOS

Entendemos que a melhor maneira de se estudar para concursos – e isto é algo bastante pessoal – é através de ciclos. Estes poderão ser organizados de forma proporcional ao volume de conteúdo e cobrança de cada matéria, alternando-se o estudo de todas as matérias objeto do certame escolhido.

Assim, inicialmente, você deve delimitar o tempo que dedicará aos estudos. Feito isso, poderá adaptar o ciclo dentro da sua disponibilidade. Caso você disponha de mais tempo diário de estudos, por exemplo, 8 horas diárias, o ciclo ficará mais curto.

Se você dispuser de 4 horas diárias, naturalmente o período do ciclo irá se alongar um pouco mais. Não isso não é problema, pois cada um tem um ritmo de estudos e um tempo

para chegar à sonhada aprovação. O importante é: decidido a estudar para concurso, você deve fazê-lo de forma profissional, aproveitando o tempo da melhor forma possível!

Mais uma observação quanto à delimitação do tempo de estudos. **Não se empolgue! "Eu irei estudar 12 horas diárias!"**

Pense que o projeto que você irá desenvolver é um **emprego temporário. Registre ponto!** Você deve estudar todos os dias na forma como você estabelecer esse contrato. Não serão admitidas faltas ou descompromisso. Portanto, não exagere, caso contrário você não irá conseguir cumprir o cronograma. Não dar conta do planejamento, certamente, irá desmotivá-lo.

Não raras vezes, iniciamos com muito vigor, mas cansamos. Em decorrência disso, o candidato acha que é o culpado, minimiza a sua capacidade, a sua força de vontade. Mas muito provavelmente não é isso. Pode ser que você tenha criado uma expectativa muito grande, não exequível!



Em números!

Se você estudar 4 horas diárias, de segunda a sábado, ao longo de 1 ano você terá estudado 1248 horas!

Considerando a experiência e conhecimento jurídico prévios, se estudado de forma correta, será o suficiente para ser aprovado em qualquer concurso de advocacia pública.

Nesse momento, se você pretende estudar para um concurso que sequer tem edital autorizado, seguramente você terá esse tempo para estudar.

Além disso, independentemente do seu ritmo de estudos, se mais rápido ou mais devagar, ao final de cada ciclo você terá estudado todas as matérias da ementa escolhida de acordo com a importância de cada uma delas para a sua prova. É a melhor forma de organizar os estudos!

6.2 TEMPO

O tempo sempre será um vilão ou um aliado, a depender da forma que você o observe.

A diferença é que para todos os candidatos do concurso, sem exceção, os prazos são os mesmos e os dias de todos possuem 24 (vinte e quatro) horas.

Mas professor, eu trabalho.

Mas professor, eu tenho faculdade.

Mas professor, eu tenho filhos.

Mas professor, eu viajo muito.

Mas professor, eu não tenho dinheiro.

Mas professor, outros candidatos tem muito mais benefícios que eu.



As razões todo mundo sabe. Você vai fazer delas uma desculpa ou combustível para o sucesso?

O segredo, sem dúvidas é saber administrar o seu tempo. Não se engane. Tradicionalmente quem mais tem tempo é quem menos estuda, por acabar “ocupando” o tempo com atividades de menor importância.

Por outro lado, quem possui o tempo curto, acaba extraindo o máximo de eficiência no pouco tempo que dispõe.

Algumas dicas nesta gestão de tempo são úteis:

Não se imponha metas inatingíveis (“vou passar em 1 ano!”).

Metas assim geralmente possuem um efeito negativo: frustração, dor, sentimento de incapacidade, ao invés de motivarem.

Quando você for estudar, estude.

Parece brincadeira, mas não é. Esqueça celular, telefone, criança, filho, esposa, mãe, pai, cachorro... tudo! O momento de estudo é um momento seu. Seu trabalho. Seu momento.

Coloque uma garrafa de água e uma xícara de café e reduza as interrupções da sua concentração.

Assim, quando você for estudar **uma hora**, realmente estude por uma hora.

Eu particularmente não troco uma hora de estudos minha por duas ou três horas de muitas pessoas.

Faça pausas

Ao longo do período diário de estudos é fundamental que você **faça pausas**.

Estudos científicos demonstram que a capacidade de absorção é inversamente proporcional ao tempo seguido e contínuo dedicado aos estudos.

Na primeira hora a capacidade de aprendizado é ótima. Se você seguir de forma ininterrupta na segunda hora a capacidade de absorção será reduzida. Assim, sugere-se fazer pequenas pausas, de 10 a 15 minutos, para retomada dos estudos com vigor!

6.3 ESTRATÉGIAS ÚTEIS

Definir uma estratégia de estudos é realmente importante. Isto não significa que existe uma fórmula mágica ideal que terá aplicação para todas as pessoas do mundo. O que podemos fazer neste momento é apresentar ideias que já funcionaram com outras pessoas para você avaliar se na sua vida estas estratégias funcionam ou não.

Não estudar apenas uma matéria

Entendemos que você **não deve estudar apenas uma matéria ao longo do dia**. Isso deixará o estudo mais cansativo e gerará uma falta de motivação que será prejudicial para o aproveitamento.

Por exemplo, se você gosta de Direito Constitucional e Direito Civil, mas não gosta de Direito Penal, poderá iniciar os estudos com Direito Constitucional para iniciar com força total. Após, você estuda Direito Penal e, ao final, para manter a motivação, estuda Direito Civil.

Não deixe para encerrar os estudos com Direito Penal, pois você estará cansado e desmotivado. Da mesma forma, não inicie com a disciplina que você mais possui aversão, pois a má-disposição poderá afetar o restante dos seus estudos.

Com isso você aproveitará a motivação extra de disciplinas que você tem mais apreço e intercalará com outras que você não gosta tanto. É uma forma inteligente de você usar a motivação a seu favor. **Lembre-se: tudo o que fizer com vontade, de forma proativa, motivado, verterá melhor resultado!**

Faça revisões periódicas

Além disso, é fundamental que você faça uma **revisão periódica** das partes principais daquilo que você já estudou. Dado o volume de informações, nós sugerimos dois métodos de revisão insertos no ciclo: um primeiro a ser realizado **semanalmente** e outro ao **final do ciclo**.

Ao final de uma semana de estudos você terá visto um contingente significativo de conteúdo, logo poderá destacar parte do dia de estudo para revisar a matéria estudada ao longo da semana. É uma forma de alimentar e solidificar os conteúdos estudados.

Além disso, ao final do ciclo você reservará outra parcela do cronograma de estudos para retomar aquilo que estudou ao longo das semanas anteriores.

6.4 DESCANSO

Um amigo uma vez me disse algo verdadeiro: concurso público se compara a uma maratona e não a uma corrida de 100 metros rasos.

É dizer: concurso público é condicionamento. De nada adianta você sair em disparada e, ao final dos três primeiros meses, estar rastejando. O estudo para concursos jurídicos deve ser intenso, mas cadenciado. Desse modo, **reserve um dia na semana para descansar**. Neste dia procure não estudar, no máximo prepare a organização dos seus estudos para a semana seguinte.

Apenas com edital aberto e próximo do concurso é que sugerimos estudar todos os dias. Não é o caso agora. Não podemos nem mesmo cogitar a possibilidade de, uma vez saído o edital, você estar cansado. Esses parâmetros serão utilizados no nosso ciclo de estudos.

6.5 CONCLUSÕES

Tomando por base a análise do que até aqui foi discutido nos itens 1 e 2 deste material, propomos a organização de um ciclo de estudos com as seguintes médias ponderadas de estudo:

DISCIPLINA	PESO
DIREITO CONSTITUCIONAL	3
DIREITO PROCESSUAL CIVIL	3
DIREITO TRIBUTÁRIO	3
DIREITO ADMINISTRATIVO	3
FAZENDA PÚBLICA	3
DIREITO AMBIENTAL / URBANÍSTICO	2
DIREITO DO TRABALHO	2
PROCESSO DO TRABALHO	2

DIREITO FINANCEIRO	2
DIREITO CIVIL (INCLUINDO EMPRESARIAL)	2
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	1

Assim, na distribuição da carga horária de estudo em **cinco meses**, dedicaremos proporcionalmente o tempo segundo o peso estabelecido acima.

7 - PLANO DE ESTUDOS

Estabelecido o peso e as disciplinas que serão estudadas, é necessário definirmos quantas horas por dia o aluno pretende estudar. Aqui consideraremos que o candidato possua **quatro horas** por dia de estudos.

Possui mais horas por dia para se dedicar?

Possui menos horas por dia para se dedicar?

Envie-nos uma mensagem no instagram que podemos te enviar o cronograma adaptado.

Um estudo de quatro horas por dia, de segunda a sábado, gera o equivalente a um mil e trezentas horas de estudo por ano. Como dito anteriormente, tempo suficiente para o aluno ter uma boa preparação.

A semana será dividida com as matérias que devem ser estudadas onde o aluno deve intercalar a leitura dos livros digitais e/ou assistir às aulas em vídeo, conforme preferir. Em razão de nossos princípios, acreditamos que você deve priorizar o estudo ativo pela leitura dos livros digitais.

Necessária, ainda, a dedicação de parte de seu tempo semanal para revisões, justamente para resgatar o que fora estudado durante aquele dia e aquela semana.

Por fim, o estudo dos informativos dos Tribunais Superiores daquela semana não deve ser esquecido, sendo necessário reservarmos uma parte do estudo semanal para isto. Dessa forma, um ciclo semanal poderá ser distribuído da seguinte forma:

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
<i>Dia livre</i>	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	MAT 5 QUESTÕES REVISÃO	MAT 1 MAT 2 REVISÃO	MAT 3 MAT 4 REVISÃO	QUESTÕES REVISÃO INFORMATIVOS

Nada impede que você altere a ordem dos conteúdos a serem estudados. Do mesmo modo, nada impede que você reserve outro dia para descanso.

O importante é que você cumpra as 24 horas líquidas de estudo ao longo da semana.

O importante é você ser honesto consigo mesmo.

Lembre-se: você é o único responsável por sua aprovação.

7.1 HORAS LÍQUIDAS DE ESTUDOS

Outro ponto importante é que esse tempo de estudo é líquido. Vale dizer, você deverá passar 4,0 horas efetivamente estudando. Confira, a título ilustrativo como ficará a distribuição do seu horário:

<u>Opção 01</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
07:45	organização pré-estudo
08:00 às 09:45	1º período de estudos
09:45 às 10:00	pausa
10:00 às 11:45	2º período de estudos
11:45 às 12:00	pausa
12:00 às 12:30	revisão
<u>Opção 02</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
12:45	organização pré-estudo
13:00 às 14:45	1º período de estudos
14:45 às 15:00	pausa
15:00 às 16:45	2º período de estudos
16:45 às 17:00	pausa
17:00 às 17:30	revisão

<u>Opção 03</u>	
HORÁRIO	DESCRIÇÃO
18:45	organização pré-estudo
19:00 às 20:45	1º período de estudos
20:45 às 21:00	pausa
21:00 às 22:45	2º período de estudos
22:45 às 23:00	pausa
23:00 às 23:30	revisão

Naturalmente, estas são sugestões e não existe problema algum em uma alteração e quebra dos blocos de estudos ao longo do dia (um bloco no turno da manhã e outro à noite, por exemplo). O importante, ressaltado, é que haja a dedicação diária.

7.2 DEFINIÇÃO DAS MATÉRIAS ESTUDADAS

Como visto acima, existem matérias em concursos de advocacia pública que são muito mais relevantes que outras. Com base nos pesos definidos no **item 2.5**, entendemos que o caminho ideal para o aluno **iniciante** é focar nas matérias que mais são cobradas inicialmente.

Se o aluno domina **Constitucional, Administrativo, Tributário, Processo Civil e Fazenda Pública em Juízo**, ele já terá bons resultados em um concurso de advocacia pública, o que o deixará com motivação para seguir e estudar as demais matérias.

Pensamos, então, em uma meta de **3 meses** de estudos -> **90 (noventa)** dias.

A ideia seria focar exclusivamente nas matérias que mais caem com 4 horas de estudos por dia. O plano ficaria assim durante as duas primeiras semanas:

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Dia 1	Dia 2	Dia 3	Dia 4	Dia 5	Dia 6
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H
Dia 8	Dia 9	Dia 10	Dia 11	Dia 12	Dia 13
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 2H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 2H

Percebam que definimos as seguintes premissas: 5 matérias estudadas apenas, com blocos de questões e revisões de conteúdo aos sábados. Mas vejam, cada matéria você estudará durante 2 horas e o ciclo que definimos acima havia sido de 1 hora e 45 minutos.

Assim, diariamente você fará quanto àquela determinada matéria 1 hora e 45 minutos e estudos e 15 minutos de revisão.

Combinado?

E como ficariam as semanas seguintes?

Nas semanas seguintes, especificamente na terceira semana (no vigésimo dia de estudos), acreditamos que você já estará empolgado com os estudos. Assim, já começaremos a estabelecer uma meta de revisão e de simulados com questões um pouco maior.

O que acham? Vejam a proposta de calendário para as semanas seguintes:

Dia 15	Dia 16	Dia 17	Dia 18	Dia 19	Dia 20
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H

Dia 22	Dia 23	Dia 24	Dia 25	Dia 26	Dia 27
CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H
Dia 29	Dia 30	Dia 31	Dia 32	Dia 33	Dia 34
CONST - 2H	ADMIN - 2H	TRIBUTÁRIO - 2H	CONST - 2H	FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO - 2H	REVISÃO DO CONTEÚDO - 4H
ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	CONST - 2H	ADMIN - 2H	PROC. CIVIL - 2H	QUESTÕES - 4H

No final deste ciclo de **3 meses**, o aluno terá estudado na seguinte proporção cada matéria, demonstrada na tabela a seguir:

MATÉRIA	TEMPO (H)
ADMINISTRATIVO	62
CONSTITUCIONAL	62
PROC CIVIL	56
TRIBUTÁRIO	54
FAZENDA PÚBLICA	50
REVISÃO AO FIM DA SEMANA	40
QUESTÕES	40

Percebam que 50 (cinquenta) horas de estudos é tempo suficiente para você ver todas as aulas em vídeo do nosso curso sobre a atuação da Fazenda Pública, com carga horária estimada de 44 (quarenta e quatro) horas.

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/aspectos-de-direito-processual-aplicaveis-a-fazenda-publica-p-agu-procurador-federal-2018-2019/>

E não só isso. Dentro da disciplina Fazenda Pública, existem matérias relativas ao Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Processo Civil. Desta forma, estudando este bloco de 5 matérias, confiamos com bastante segurança que você estará muito preparado nestas matérias.

Lembre-se! Sempre estude as disciplinas com a legislação do município ao seu lado, visitando os principais dispositivos aplicáveis àquele determinado ponto da matéria.

7.3 E DEPOIS?

É hora de focar no custo x benefício!

Sempre revisando os principais pontos já estudados anteriormente, parta para o ataque quanto às disciplinas que possuem pouco conteúdo e **alta incidência** no concurso da PGM Teresina!

Eis as matérias:

Direito Financeiro

Direito do Trabalho

Processo do Trabalho

Se você seguir a mesma dedicação da planilha de estudos acima desenvolvida, acreditamos que em cerca de 30 dias, você será capaz de vencer os principais pontos destas disciplinas. Mas veja, você já estará **“no ritmo”** e poderá acrescentar mais horas diárias ao seu estudo.

O edital estará iminente e você precisará estudar os principais pontos das matérias pendentes também ao longo do 5º mês de preparação.

É hora de focar em:

Direito Civil

Urbanístico

Ambiental

Por fim, deixe a **revisão** de toda a lei municipal para depois da publicação do edital, oportunidade em que repensaremos nosso cronograma.

7.4 COMO ESTUDAR QUESTÕES?

O estudo por questões é bastante relevante seja para o acompanhamento da sua evolução como também para análise das possíveis “pegadinhas” que as bancas tentam aplicar.

Neste estudo recomendamos a utilização do sistema TEC Concursos, onde os eventuais erros dos alunos podem ser sanados com comentários das questões feitos por professores.

www.tecconcursos.com.br

7.5 COMO MONITORAR MEUS ESTUDOS?

Durante os seus estudos, é fundamental que você acompanhe a sua evolução. Abaixo deixaremos o link de uma planilha que preparamos para o seu acompanhamento. Esta planilha foi feita com base no edital do último concurso da PGM Teresina, realizado pela banca FCC.

Interessante o aluno guiar-se por esta planilha.

Clique no link abaixo e você será direcionado para **fazer o download** da planilha.

https://dhg1h5j42swfq.cloudfront.net/2019/07/28120050/Edital-Estrat%C3%A9gico_PROCURADORIA-GERAL-DO-MUNIC%C3%8DPIO-DE-TERESINA_PROCURADOR-DO-MUNIC%C3%8DPIO.xlsx

Quer saber como utilizar esta planilha? Veja este vídeo que preparamos:

https://www.youtube.com/watch?v=UBPb0_IS444&t=2157s

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

E aí pessoal, tudo certo com o material? Esperamos que vocês tenham gostado!

Quaisquer dúvidas, críticas ou sugestões, mandem-nos uma mensagem nas redes sociais! Grande abraço,

Prof. Ricardo Torques

Prof. Igor Maciel